

15/02/2017 18h52 - Atualizado em 15/02/2017 20h32

Juiz autoriza pagamento de R\$ 21 milhões para demitidos da Dedini

Justiça homologou nesta quarta o plano de recuperação judicial da empresa. Decisão foi do magistrado de Piracicaba, Marcos Douglas da Silva Veloso .

Juliana FrancoDo G1 Piracicaba e Região

[Facebook](#)



Diretor do Fórum de Piracicaba

Marcos Douglas Veloso Balbino da Silva (Foto: Juliana Franco/G1)

O juiz da 2ª Vara Cível de Piracicaba (SP), Marcos Douglas Veloso Balbino da Silva homologou o plano de recuperação judicial da metalúrgica Dedini Indústria de Base. Com a decisão, os ex-funcionários poderão receber R\$ 21 milhões.

O plano de recuperação judicial prevê que os R\$ 21 milhões angariados com a venda de um terreno da empresa ao Shopping Piracicaba e transferidos para os autos do processo em 2016 sejam destinados ao pagamento de passivos trabalhistas.

Dívidas

A dívida da empresa é de R\$ 177,1 milhões, sendo que R\$ 36,56 milhões correspondem a passivos trabalhistas. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba, a

empresa demitiu mais de 1,6 mil funcionários nos últimos dois anos em Piracicaba e Sertãozinho (SP).



Fachada da Dedini em Piracicaba

(Foto: Alessandro Maschio)

Há rescisões que variam de R\$ 4 mil a R\$ 800 mil. Existe ainda trabalhadores que têm a receber cerca de R\$ 1,2 mil.

De acordo com publicação, os pagamentos devem ser efetuados diretamente aos credores que devem informar seus dados bancários a empresa, conforme previsto no plano. É proibida a vedação de petições e de depósitos nos autos.

O documento autoriza alienar as empresas e bens móveis e imóveis previstos no plano de recuperação. Entre os espaços alienados estão 36 lotes localizados na Avenida Comendador Mário Dedini, em Piracicaba.

A recuperação judicial foi requerida pelo grupo Dedini em 24 de agosto de 2015 e foi aprovado por 97% dos credores presentes em assembleia realizada no mês de setembro de 2016.

Vitória

Para Giuliano Dedini Ometto Duarte, presidente do conselho de administração da empresa, a decisão do juiz é mais uma vitória no processo de recuperação da empresa, que está empenhada em voltar a ser uma grande geradora de empregos e contribuir com o desenvolvimento sustentável do Brasil, afirmou por meio de nota à imprensa.

O comunicado ainda diz que a proposta básica do plano de recuperação judicial aprovado é pagar integralmente, já no primeiro ano, os créditos trabalhistas. Também no primeiro ano, e com valor integral, seriam pagas as rescisões trabalhistas extraconcursais. E que pelo plano aprovado também serão liquidados 50% do valor devido aos demais credores em 11 anos.

Por fim, a empresa diz que deve atingir receita líquida operacional de R\$ 306 milhões no primeiro ano de cumprimento do plano, com um crescimento anual de 1,5% ao ano nos anos seguintes.